

**APRENDIZAGENS E EXPERIÊNCIAS SOBRE SAÚDE INDÍGENA A PARTIR DA
EXPERIÊNCIA DE TERRITORIALIZAÇÃO E DO OLHAR DE UMA RESIDENTE
DE SAÚDE COLETIVA E AGROECOLOGIA NA ALDEIA FULNI-Ô DE ÁGUAS
BELAS – PERNAMBUCO**

LEARNINGS AND EXPERIENCES ABOUT INDIGENOUS HEALTH FROM THE
EXPERIENCE OF TERRITORIALIZATION AND FROM THE LOOK OF A
COLLECTIVE HEALTH AND AGROECOLOGY RESIDENT IN THE FULNI-Ô
VILLAGE OF ÁGUAS BELAS – PERNAMBUCO.

Marcela de Fátima Lemos Tavares¹

Horasa Maria Lima da Silva Andrade²

Isnar Gomes Pontes³

Resumo: Este relato de experiência refere-se às demandas identificadas pela residência de Saúde coletiva com ênfase em agroecologia da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, para melhor atender às crianças e adolescentes da aldeia indígena Fulni-ô. Com ele pretendemos expor a realidade atual deste território para pensar em estratégias relacionadas a melhorias para saúde desta população. Ele conta um pouco da história do município de Águas Belas, que se encontra no centro da aldeia indígena Fulni-ô, seus contextos, potencialidades e demandas atuais. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho em campo foi a territorialização participativa, que consiste em visitar famílias nas comunidades, objetivando conhecer a realidade das pessoas, com diálogos sobre a situação de saúde local e direcionados para os aspectos sociodemográficos. Este processo foi feito com o apoio dos agentes indígenas de saúde do segmento novo Fulni-ô, como maneira de conhecer a realidade da aldeia. Os resultados observados como importantes enfoques para trazer melhorias e desta forma atender crianças e adolescentes Fulni-ô são principalmente a insegurança hídrica local, a necessidade de um plano político pedagógico específico para indígenas Fulni-ô nas escolas com alunos desta etnia matriculados e de atendimentos de saúde específicos também. Esperamos que com esta atualização (afinal o território é vivo e muda a cada instante) do contexto local, mais estudos possam surgir, e que ações de fortalecimento se somem às ações da nossa residência.

Palavras-chave: Desenvolvimento do Adolescente; Desenvolvimento Infantil; Distribuição por Etnia; Saúde de Populações Indígenas.

¹Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns, Garanhuns, Pernambuco, Brasil. Especialista em Saúde Pública pelo Centro Universitário Joaquim Nabuco – Recife. <https://orcid.org/0000-0003-1843-8951> E-mail: marcela.lemostavares@upe.br Palmeira dos Índios. v. 2, n. 2, p. 0-00. 2023.

² Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil. Doutorado em Etnobiologia e Conservação da Natureza pela Universidade Federal Rural de Pernambuco. <https://orcid.org/0000-0002-5366-6610> E-mail: horasa.silva@ufrpe.br.

³ Mestrado profissional em culturas africanas, da diáspora, e dos povos indígenas pela Universidade de Pernambuco - Campus Garanhuns. <https://orcid.org/0009-0008-3341-0002> E-mail: isnarpontes@yahoo.com.br

Abstract: This experience report deals with the demands identified by the collective health residency with an emphasis on Agroecology at the Universidade Federal de Pernambuco (University of Pernambuco)/Campus Garanhuns to better serve children and teenagers from the indigenous village Fulni-ô. The intention is to expose the current reality of this territory in order to think of strategies related to improving this population's health. It gives a general view about the history of the county of Águas Belas, which is located in the center of the Fulni-ô indigenous village, its context, potential, and current demands. The methodology used to carry out this fieldwork was participatory territorialization, which consists of visiting families in communities, aiming to understand people's reality, with dialogues about the local healthcare situation and focused on sociodemographic aspects. This process was carried out with the support of indigenous healthcare agents from the new Fulni-ô segment as a way of getting to know the reality of the village. The results observed as important approaches to bring improvements and thus serve Fulni-ô children and adolescents are mainly local water insecurity, the need for a specific pedagogical political plan for the Fulni-ô kids enrolled at the local schools, and also the provision of specific plans for their healthcare. With this update in the local context (after all, the territory is alive and changes every moment), more studies are expected to emerge, and also that strengthening measures will be added to the actions of our residency.

Keywords: Adolescent Development; Child Development; Ethnic Distribution; health of Indigenous Peoples.

Considerações iniciais:

O Programa de Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Coletiva com Ênfase em Agroecologia (PREMISCA) da Universidade de Pernambuco (UPE), Campus Garanhuns, trata-se de uma pós-graduação *lato sensu*, com duração de dois anos, com carga horária de 60 horas semanais. Nele, nossa turma de residentes recebe uma bolsa pela Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES), e atuamos na área de abrangência da V Gerência Regional de Saúde (V GERES). A coordenadora deste programa chama-se Wanessa da Silva Gomes, e tanto ela quanto os outros docentes são voluntários, atuando de forma militante, por acreditarem nas ações positivas que o PREMISCA pode contribuir nos territórios.

Segundo o plano político pedagógico, o PREMISCA tem o objetivo de formar sanitaristas para atuação nos diversos espaços de gestão do Sistema Único de Saúde/SUS, com o olhar da construção agroecológica, e com a perspectiva da promoção da saúde nos territórios da V GERES. Assim, pretende formar profissionais que estejam aptos a realizar análise do processo saúde-doença-cuidado e da realidade epidemiológica e sócio-ambiental, análise de políticas e programas de saúde, bem como atuar na direção da organização dos processos de trabalho, monitoramento e avaliação de serviços e na realização de pesquisas na área.

Uma das nossas bases de atuação é a territorialização participativa (BEZERRA; BITOUN, 2017), onde vemos as potencialidades de cada território, mediante diálogos e convivência com a população local. Desta forma, pensamos em possibilidades de gerir as demandas identificadas e as apresentadas pelas comunidades. No período de 11 de abril a 25 de julho de 2022, eu e mais 3 residentes do mesmo programa, atuamos na aldeia Fulni-ô de Águas Belas, fizemos territorialização e realizamos projetos junto à comunidade com base nestes conhecimentos. A aldeia indígena Fulni-ô possui dois segmentos, ou seja, dois povos de uma mesma etnia, então duas residentes atuaram junto a um segmento e as outras duas atuaram com o outro segmento.

Esta ação só foi possível por causa do apoio das parcerias que temos, por exemplo, com os Agentes Indígenas de Saúde (AIS) que foram de extrema importância para nossa criação de vínculo com as pessoas do lugar. Com os AIS realizamos o reconhecimento da área (diagnóstico), mapeando os principais equipamentos urbanos e problemas socioambientais. Visitamos as áreas em que eles atuam, conversando com os moradores e perguntando a opinião deles quanto às demandas e potencialidades da aldeia. Depois dividimos o território dos AIS, nos baseando na própria divisão que eles utilizam nas práticas de trabalho: segundo o contexto de conflitos no território, distâncias percorridas, barreiras geográficas e morfologia do terreno.

Nomeamos e separamos por cores os territórios no mapa, com o nome de cada AIS responsável pela atuação nos locais. Planejamos ações de saúde, baseadas no processo de territorialização, onde já incluímos parcerias da própria comunidade em cada projeto, visto que os vínculos já haviam sido construídos antes de que a ação já estivesse elaborada. À medida que implementamos ações fomos construindo informações sobre os dados coletados na territorialização. Apresentamos as informações produzidas para a comunidade, e discutimos a situação de saúde apresentada. Mostramos os projetos de saúde (ações/produtos da residência) que estávamos colocando em prática, como por exemplo um grupo de mulheres Fulni-ô do segmento novo para debater cultura e avaliamos o interesse da população.

Atualmente, em maio de 2023, estou atuando como residente em Águas Belas, Pernambuco, no setor de vigilância sanitária da Secretaria Municipal de Saúde. E estou contribuindo com as aulas sobre saneamento básico para escolas das redes municipal e estadual, dentro e fora da aldeia Fulni-ô, para os alunos do quinto ano, indígenas e não-indígenas. Uma das demandas identificadas na territorialização participativa realizada em 2022, foi o

saneamento básico precário do município, e a potencialidade encontrada foi justamente a atuação na área da educação para promover mudanças de hábito e consciência sobre a preservação do meio ambiente.

O local onde acontece essa experiência:

"Águas Belas é um município do agreste pernambucano, que conta com 11 assentamentos, uma reserva indígena, 4 quilombos (Quilombo, Sítio Pinhão, Tanquinhos e Sítio Serra Preta)" (V GERES, 2020, p. 18, 20) e também tem uma colônia de pescadores chamada Z-44. "O município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, mais precisamente na região fisiográfica denominada Baixo São Francisco" (PLANO MUNICIPAL, 2021, p. 80). "O clima no Município de Águas Belas pode ser classificado como tropical quente e seco (semi-árido)" (PLANO MUNICIPAL, 2021, p. 80). Águas Belas:

apresenta períodos de seca prolongada, também períodos chuvosos prolongados; a vegetação predominante é a caatinga e temperatura média de 24°C, tem relevo com vales profundos e estreitos, dissecados, com altitude variando entre 650 a 1.000 metros, e ainda uma abundante fertilidade dos seus solos. Tem ainda neste relevo, rios perenes que cortam a reserva em vários sentidos (SÁ; PONTES *et al.*, 2015, p. 5).

Águas Belas dista 83,1 km da sede da regional (Garanhuns); 183 km da sede da macrorregião (Caruaru); e 312 km da capital (Recife) (V GERES, 2020, p. 12). Segundo Sá; Pontes *et al.* (2015), a reserva indígena Fulni-ô está ao redor do centro comercial da cidade, ou seja, a cidade está dentro da aldeia. O município é cortado pela rodovia federal BR-423 e pela PE-170. Ainda de acordo com esses autores, os Fulni-ô são falantes da língua Yaathe, possuem costumes tradicionais indígenas, como o Ouricuri, um território sagrado, onde por 3 meses eles fazem um retiro espiritual, e nos outros 9 meses, vivem na aldeia, com casas de alvenaria, praças, igreja, posto de saúde, campo de futebol, escolas indígenas e inclusive convivendo com a sociedade não-indígena.

Falando um pouco sobre o povo indígena Fulni-ô:

Souza (2021) contou que os Fulni-ô eram nômades, e no século XVIII foi criado o aldeamento de Ipanema, situado entre a serra do Comunaty e o rio Ipanema, no qual foram fundidos 5 grupos étnicos, os Flowkassa, Tapuya, Brogadais, Carnijó e Fulni-ô. Com o passar do tempo eles foram se estruturando numa sociedade clânica, adotando o nome do grupo

anfitrião Fulni-ô, cujo significado na língua materna Yaathe, é "nós somos do rio", referindo-se ao rio Ipanema.

Como relataram Sá; Pontes *et al.* (2015), onde dois destes autores são Fulni-ô e falam um pouco sobre a história de seu povo, desde o século XVIII esta etnia teria ocupado a Serra do Comunaty, situada ao norte da atual cidade chamada de Águas Belas. Nesta época, foi criado o aldeamento no município, onde as terras, segundo o governo imperial através da carta Régia nº33 em 05 de junho de 1705, seriam doadas aos indígenas Fulni-ô, antigamente chamados de "carnijós", com duas léguas de terras em quadra. Parte desta terra foi cedida à igreja Nossa Senhora da Conceição, a mesma passou a arrendar lotes no centro do antigo aldeamento, constituindo-se no município de Águas Belas.

Souza (2021) dissertou que em 1832, o sargento-mor dos indígenas, soldados e oficiais realizaram, em nome dos indígenas, uma doação de uma parte das terras da aldeia para o aumento da igreja de Nossa Senhora da Conceição. Desde então, tornaram-se cada vez mais intensos os conflitos pela posse de terra entre os Fulni-ô e os habitantes deste município. O aldeamento dos Fulni-ô foi extinto em 1875, a extinção do aldeamento do Ipanema teve como justificativa que nele só existiam caboclos e remanescentes de indígenas "Carnijós". Esse argumento se fundamentava na legislação sobre terras da época. A efetivação da extinção do aldeamento, deu-se no momento em que grande parte das terras indígenas já estava invadida e espoliada por não-indígenas. Em 1877, foi decretado pelo governo estadual, o fim da posse coletiva da terra, que a dividiu em 427 lotes. Em 1924, foi instalado o posto indígena do SPI (Serviço de Proteção ao Índio) na aldeia sede, serviço este que segundo identificado no processo de territorialização participativa do presente estudo, estava contribuindo para a extinção do idioma Yaathe, e ensinando o português. "Em 1971, o território Fulni-ô foi oficialmente demarcado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), medindo 11.505,71 hectares" (SÁ; PONTES *et al.*, 2015, p. 3).

Os Fulni-ô têm como principais fontes de renda, a agricultura de subsistência; a criação, em pequena quantidade, de caprinos e bovinos; a utilização da palha de coqueiro Ouricuri para a confecção de artesanatos com posterior comercialização em feiras locais e em diversas cidades brasileiras; a aposentadoria paga pelo poder público também foi citada como uma das principais fontes de renda da comunidade (SÁ; PONTES *et al.*, 2015, p. 5).

Acrescento que o programa bolsa família⁴ também é um dos meios de sobrevivência de várias destas famílias, segundo minha experiência fazendo a territorialização.

Souza (2021) descreveu uma questão bastante importante, presenciada por nós na territorialização também, que é a questão da divisão que ocorreu na aldeia, resultando em dois povos Fulni-ô. Existe um evento muito importante desta etnia, que é o ritual religioso "Ouricuri", onde os indígenas passam 3 meses nesta terra sagrada, o Ouricuri. E neste ritual, no ano de 2018 ocorreu algo da maior magnitude para este tipo de ocasião, que foi a escolha das autoridades, cacique e pajé. Neste ritual, o pajé Gildier que fazia a parceria com o cacique João de Pontes, falecido recentemente na época, conduziu o ritual, que definiu Cícero, conhecido também por Dique, como cacique.

Muitos indígenas ficaram insatisfeitos com o processo de definição do novo cacique, e argumentaram que as regras do ritual foram descumpridas. Houve um conflito na aldeia, onde as pessoas que não estavam satisfeitas, determinaram em novembro de 2018 um novo pajé, Awassury Araújo de Sá e um novo cacique, em dezembro de 2018, Itamar Araújo Severo.

A comunidade então, passou a ter dois caciques e dois pajés, um do povo Fulni-ô intitulado "segmento antigo" e outro intitulado "segmento novo". Hoje em dia, na territorialização que fiz com as residentes, pelos relatos dos moradores percebemos que essa divisão é uma importante causa de sofrimentos e adoecimento da comunidade, como também citou Souza (2021) em sua pesquisa. Esse mal-estar precisa de um olhar do sistema de saúde e do poder público, pois causa adoecimento principalmente no âmbito mental, em pessoas de todas as idades, moradoras da aldeia Fulni-ô. A rede de atenção psicossocial de saúde desta aldeia é muito precária e a população acaba se automedicando com remédios principalmente para o controle de ansiedade e depressão. É necessário um trabalho de promoção à saúde e também assistencial.

Esses atendimentos precisam respeitar a divisão em dois povos, ou seja, é necessário a existência de duas equipes de saúde. Assim como no território existem duas estruturas físicas de atendimento à saúde, com profissionais distintos; duas escolas de ensino regular e da língua

⁴ Bolsa Família: Programa de transferência de renda do Brasil, que visa garantir renda básica para as famílias em situação de pobreza. Ele busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social.

materna; dois Ouricuris; dois coletivos de cinema indígena; entre outras divisões respeitando a história destes povos Fulni-ô.

Se este conflito afeta adultos tão intensamente, para crianças se intensifica, pois as mesmas têm menos experiências de lidar com as emoções e portanto menos habilidades para tal. Ouvi relatos na territorialização sobre a necessidade de haver duas escolas, que o motivo é a importunação moral que os alunos sofrem, até mesmo por parte dos funcionários das escolas, por serem de outro segmento. Alguns agentes indígenas de saúde mencionaram que existem jovens que não querem mais sair de casa após essa situação da divisão, e que houve um período em que aconteceu um mutirão de saúde mental na aldeia, que foi quando estavam havendo muitos casos de suicídio.

O atual contexto histórico do Brasil mostra uma tentativa de retirada de direitos indígenas no congresso nacional em Brasília. No momento temos uma bancada indígena lutando pela demarcação de terra de diversas etnias, trabalho este que vem sendo ameaçado por meio de projeto de lei. Fica evidente a importância da união destes povos, e também de toda a população brasileira para que possamos resistir à esta tentativa de retrocesso.

Aprendizagens que estou tendo neste lugar:

Tenho vivido experiências significativas nesta residência. Está me proporcionando contato com este espaço sagrado que é o território indígena Fulni-ô, onde as pessoas são profundamente conectadas com a espiritualidade. Este programa proporciona uma imersão e uma integração com esta aldeia, onde a partir da criação de vínculo, posso vislumbrar qual tipo de gestão em saúde seria a ideal em um território: uma gestão que de fato conhece este lugar e as potencialidades dele, pois parte do fato que ele está sempre em movimento, o território é vivo, atentando-se a isto, os gestores podem atender as demandas de forma mais justa e pensar em possibilidades de solução mais viáveis para os problemas que surgem.

Posso observar o racismo ambiental ao qual esta comunidade está submetida rotineiramente pelo poder público. O acúmulo de lixo na entrada da aldeia, o desemprego presente no relato da maioria das pessoas com quem dialoguei e a insegurança alimentar e hídrica presente na aldeia, são exemplos.

Racismo este em que Filgueira (2021) traz em seu artigo como o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento econômico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais.

Observo a importância da união dos povos originários para a garantia de seus direitos, que são ameaçados diariamente, por quem deveria representá-los nos governos municipal, estadual e federal. As crianças e adolescentes que crescem neste contexto de desvalorização do poder público sem ouvir críticas a isto, têm a tendência de naturalizar estas ações de desrespeito e humilhação. Não é justo que a dignidade e qualidade de vida lhes seja negada. Para tanto, este embasamento de cidadãos críticos e conscientes de suas histórias deve ocorrer dentro das salas de aula, com uma estrutura escolar condizente com as realidades étnicas de cada povo (CUSTÓDIO; MÂNICA, 2023). O Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), cuja meta é ser implementado até 2023, deve ser cobrado pelas instituições de ensino indígenas e não indígenas, pois a sociedade brasileira precisa ser anti-racista e apoiar a luta das diversas etnias por escolas públicas que valorizem as diversas culturas.

Aprendo com os alunos dos quintos anos, durante nossas aulas, que é a juventude quem pode transformar mais profundamente a realidade brasileira para melhor. Além de prestarem atenção nas aulas, eles ainda colocam em prática as lições ensinadas, como a reciclagem, contribuem com catadores de lixo locais e ainda conscientizam a própria família de uma forma simples, através do exemplo e preocupação com a natureza. Porém eles não conseguem melhorar o ambiente sozinhos, precisam que as necessidades básicas do município sejam atendidas, que seja provida a assistência atuante nos determinantes e condicionantes da saúde, com uma rede apoiada na intersetorialidade.

Enquanto residente de saúde coletiva, percebo o quanto a metodologia da territorialização participativa é fundamental para exercer a profissão de gestor de saúde. Sem conhecer o território, que se modifica constantemente, não há como fazer saúde com a população. Para servir a comunidade é necessário conhecê-la, saber a realidade cotidiana. E a ênfase em agroecologia do nosso programa, trata-se de um modo de pensar, onde território e

serviço dialogam frequentemente e constroem juntos estratégias e caminhos do cuidado de forma justa e transparente, valorizando os conhecimentos tradicionais presentes na região.

Demandas para atender crianças e adolescentes Fulni-ô:

No momento, há duas escolas Fulni-ô por causa da divisão que houve na aldeia. Uma se chama "Escola bilíngue Antônio José Moreira", de português e Yaathe (língua materna Fulni-ô) e outra de ensino regular chamada "escola marechal Rondon", de níveis fundamental e médio, que ensina nos dois idiomas também. E existem nestas escolas questões relacionadas à divisão, pois a escola bilíngue é dirigida por pessoas do segmento novo, e a regular pelo segmento antigo.

Precisa-se de melhorias estruturais, estratégicas e políticas nessas duas escolas da aldeia. A bilíngue, por exemplo, está com o teto de uma das salas caindo. Seria interessante um apoio para conseguir parcerias e realizar estas melhorias. A bilíngue e a regular são escolas estaduais.

É preciso que os Projetos político pedagógicos das escolas indígenas Fulni-ô regulares sejam construídos coletivamente com a comunidade indígena Fulni-ô, visto que como aponta o Relatório do ministério da educação (2007), a educação escolar indígena deve garantir uma educação de qualidade social, diferente, específica que respeite as igualdades e as diferenças existentes em cada pessoa, em cada sociedade multicultural e multilinguística; é importante também que nestas escolas indígenas tenha prioritariamente professores Fulni-ô, e que o planejamento das aulas seja voltado para a comunidade indígena, garantindo que os alunos (crianças e adolescentes) nutram os sentimentos de pertencimento e valorização indígenas Fulni-ô, e reforcem os aprendizados sobre a própria cultura.

É fundamental que haja apoio aos indígenas, crianças e jovens, que precisem estudar fora da aldeia, pois os relatos que ouvi de indígenas que sofreram com o racismo por parte de alunos e funcionários de escolas não-indígenas, foram muitos. É preciso que não só as escolas de dentro da aldeia envolvam currículo indígena, mas todas as que têm indígenas, mesmo que seja apenas 1 estudante, em seu corpo discente, ou até mesmo que tenha 1 professor indígena Fulni-ô em seu corpo docente; e que haja a garantia do combate ao racismo nessas escolas.

Os atendimentos à saúde, principalmente pública, em Águas Belas, fora da aldeia, precisam ter o cuidado específico para a população indígena de todas as idades, para que os

indígenas se sintam também pertencentes a estes locais, e não sofram nenhum tipo de racismo ou exclusão.

É importante que haja uma rede de atenção psicossocial dentro da aldeia indígena Fulni-ô, pois não há. Os indígenas têm recebido apoio em relação à matriciamento (repassagem de conhecimentos) de profissionais de saúde mental do município sede, ou em poucos casos, atendimentos assistenciais, porém isto não é suficiente, e é uma reivindicação constante, destes dois povos da mesma etnia, que haja esta rede em seu território, para que principalmente as pessoas mais jovens tenham o direito à mais qualidade de vida do que os mais velhos receberam até o presente momento. Atendimentos de promoção à saúde, como as experiências exitosas que o Serviço Integrado de Saúde e do Centro de cuidados integrais Guilherme Abath, realizam em Recife, são um exemplo de serviço que pode ser replicado em Águas Belas, trazendo mais dignidade para a população.

É necessário também que exista um atendimento primário de qualidade à saúde, no município. Que as pessoas, de qualquer idade, não precisem buscar outro município para fazerem exames de imagem simples, como um raio-x. Que os primeiros socorros sejam de qualidade nos serviços de saúde bem como em locais de risco à exemplo de academias, e que haja ambulâncias em quantidade suficiente para as demandas que chegam à esta cidade.

O atendimento da sala vermelha que já existe no município, precisa ser fortalecido, questão está discutida por mim na Conferência Municipal de Saúde de Águas Belas deste ano, na qual entrei como delegada por ser profissional de saúde, onde a escolha dos delegados tinha por critério priorizar profissionais de saúde de atuação no município. Destaco que as escolhas de delegados deveriam refletir a vontade de toda a população, valorizando a participação popular (controle social) como consta na Constituição Federal de 1988.

A divulgação da conferência municipal de Águas Belas, e de várias conferências municipais de Pernambuco deste ano de 2023, foi bem precária, sem a antecedência devida e com pouca inclusão, por exemplo, usando veículos de internet, sem considerar que há muitas pessoas, principalmente idosos, que não acompanham as redes sociais.

É preciso que haja saneamento básico adequado, que ainda não há, em Águas Belas, para as crianças poderem brincar em segurança nas ruas da aldeia, bem como em locais fora da aldeia, e para terem acesso a abastecimento de água (porém em relação a isto, este abastecimento precisa ser conversado e construído conjuntamente com a Aldeia porque envolve

outras questões). Aliás, qualquer mudança, mesmo que seja de melhoria, precisa ser dialogada com toda a população com antecedência, e pensada em conjunto com ela.

Há muitos acúmulos de lixo na aldeia, principalmente na entrada da mesma (local onde, em época de eleições, ocorre uma limpeza visando a promoção política momentânea de candidatos), o que reflete o racismo ambiental e estrutural do Brasil. O chorume atravessa vários caminhos de passagem e de acesso ao centro da aldeia. Há também fossas à céu aberto cortando diversas ruas, onde muitas vezes crianças brincam descalças. Existem inclusive, fossas que saem da casa de um vizinho para o outro, causando brigas, mal estar e diversas doenças.

É importante a criação coletiva de um museu, para que as crianças, adolescentes e jovens tenham conhecimento da história local contada pela comunidade. E que este museu tenha atenção e zelo especial pela história indígena e quilombola de Águas Belas, tendo respeito à dívida histórica que o Brasil possui com estas populações. É urgente também o fortalecimento da biblioteca pública da cidade, que está em condições precárias, dividindo o mesmo espaço do arquivo público, com problemas sérios de infraestrutura, à exemplo do teto de uma das salas que está com um buraco enorme, além de salas apertadas e da ausência do nome “biblioteca pública” para indicar o local. O estímulo ao hábito de leitura e a divulgação de conhecimentos em um município deve ser preocupação de um poder público que se compromete com a ciência e a democracia em seus diversos âmbitos.

É essencial o apoio ao fortalecimento da língua materna Yaathe, que está ameaçada de extinção. Muitos indígenas jovens não têm domínio suficiente da língua para contar uma história no idioma materno. Quando não sabem uma palavra, perguntam para os mais velhos, mas não se preocupam com o fato de que esses idosos não viverão para sempre para assegurar a língua. E também é preciso de apoios ao fortalecimento cultural Fulni-ô, pois o artesanato indígena no país não é valorizado nos outros meses que não seja o mês de abril.

O poder público recentemente autorizou estudos para mineração no município. É necessário que haja uma vigilância em saúde adequada acompanhando estes trabalhos, para que não causem danos à saúde de nenhum ser vivo e para preservar o meio ambiente, protegendo também, desta forma, as gerações vindouras.

Há um espaço chamado "Casa azul: centro especializado em autismo" no centro de Águas Belas, para cuidados multiprofissionais de crianças e adolescentes indígenas e não-indígenas com autismo.

O TEA (Transtorno do Espectro Autista) é caracterizado por ser uma condição/síndrome onde existem desordens do desenvolvimento neurológico que têm impacto nas manifestações comportamentais e em muitas áreas da vida comunicativa, afetiva e social do indivíduo, manifestando-se em um repertório restrito de interesses e atividades, além de se apresentar em forma de padrões repetitivos e estereotípias (CESPEDES; FILHO, 2021, p. 1-2).

Neste mesmo artigo de Cespedes; Filho (2021), foi realizada uma revisão narrativa de literatura por meio de buscas em bibliotecas virtuais e bases de dados (SciELO, Lilacs, Pepsici e BVS-Psi), com materiais datados do ano de 2008 ao ano de 2021, com o objetivo de identificar as condições emocionais que as mães de crianças com TEA estão submetidas durante a vida cotidiana da maternidade para com um filho atípico. Foi identificado que pais, e em especial as mães, de crianças com autismo estão submetidas à intensa sobrecarga de estresse decorrente dos cuidados e atenção que um filho com autismo demanda, resultando em impactos diretos sobre sua saúde mental.

Este espaço (Casa azul) foi conseguido pela luta de mães de autistas. Porém o local está aguardando a contratação de profissionais de saúde há um tempo considerável. Até o presente momento, esse processo está em andamento, alguns foram contratados e este local de cuidados à saúde está ativo. Seria fundamental um apoio do poder público estadual nesse processo de mais contratações, para acelerar, e uma maior visibilização desse local pode trazer mais parceiros. Atualmente, os profissionais que compõem este serviço são 1 terapeuta ocupacional, 1 psicopedagoga e 1 educador físico. A sobrecarga de cuidados cotidianos se concentra, na maioria das vezes, nas mães. Deveria existir também neste local um espaço para cuidar de quem cuida, sejam as mães e/ou os cuidadores, como fator de promoção e prevenção à saúde.

O mês de abril ou "abril indígena" é um mês em que ocorre o dia dos povos indígenas, o dia 19. A celebração tem o objetivo de explicitar a diversidade das culturas dos povos originários. Este mês dá mais visibilidade às lutas⁵ e culturas indígenas, e muitos indígenas Fulni-ô, de todas as idades, saem da aldeia, vão para o ATL (Acampamento Terra Livre) em Brasília. O ATL é organizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e construído em conjunto com outras organizações indígenas de base. O primeiro ATL foi em

⁵ Principais lutas atuais pelos direitos indígenas: O Acampamento Terra Livre (ATL), nascido em 2004 a partir de uma ocupação de povos tradicionais do sul do país, em frente ao Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, chegou a sua 19ª edição em 2023. Com o tema "O futuro indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia!", as reivindicações dos povos originários deste ano foram a demarcação das terras indígenas (TI) para os povos originários; o fim das violências contra os indígenas; combate do racismo ambiental e violações de direitos, que se intensificam com as mudanças climáticas.

2004 e, em 2022, reuniu mais de 8 mil indígenas, provenientes de 100 povos e de todas as regiões do país. Ao longo de dez dias de programação, os participantes do encontro abordaram pautas do movimento indígena. No presente ano, 2023, por uma semana, cerca de seis mil indígenas e 200 povos estiveram acampados na Praça da Cidadania, em Brasília, para a 19ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL), maior mobilização indígena do Brasil. Segundo o site da Apib (2023), em carta de encerramento divulgada na sexta-feira (28/04), ao fim do Acampamento Terra Livre (ATL) 2023, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e suas sete regionais destacam a demarcação de terras como ação prioritária para a garantia dos direitos originários no país. O documento reúne as principais discussões e reivindicações da mobilização.

Em abril os Fulni-ô, além de Brasília, vão para outros municípios também para mostrar sua cultura e vender artesanato, pois há muitos desempregados atualmente na aldeia e eles aproveitam que há uma divulgação maior dos povos indígenas neste mês, para juntarem dinheiro para sobreviver. E muitos saem do município e não recebem apoio algum de transporte nem de alojamentos nos municípios para onde vão. Além disso, passam por situações de insegurança alimentar, hídrica e outros tipos de humilhações nestes locais. É de suma importância que o poder público ofereça os recursos necessários para que neste mês, os indígenas Fulni-ô possam passar por estas experiências dignamente.

A aldeia Fulni-ô conta com muitos mestres raizeiros, pessoas que sabem fazer todo tipo de chás, e têm vastos conhecimentos sobre ervas e plantas medicinais, porém faltam estruturas físicas e apoio financeiro para que o segmento antigo e o segmento novo, possam praticar a farmácia viva no território. Lembrando que a questão da divisão implica em haver dois locais diferentes para estas atividades.

Considerações finais:

As minhas perspectivas enquanto residente de saúde neste local é que, com as aulas na educação básica sobre saneamento básico, com meu Trabalho de Conclusão de Residência (TCR), artigos e dossiês publicados, eu possa contribuir com esse trabalho de formiguinha que os residentes do meu programa vêm fazendo dia após dia. Com o olhar agroecológico acreditamos em um mundo melhor para as futuras gerações, com mais equidade, justiça e

reparação histórica para as populações vulnerabilizadas, contribuindo para o diálogo de saberes e valorização etnocultural.

O que pretendo fazer em relação às demandas identificadas pela residência de Saúde coletiva com ênfase em Agroecologia da Universidade de Pernambuco – Campus Garanhuns, para melhor atender às crianças e adolescentes da aldeia indígena Fulni-ô é divulgar essas experiências de possibilidades em eventos e atividades acadêmicas e buscar apoiadores e fomento em projetos que possibilitem ampliar o olhar e as alternativas apresentadas.

Referências:

ATL 2023: quais são as lutas prioritárias dos povos indígenas. Disponível em: https://www.fundobrasil.org.br/blog/atl-2023-pelo-o-que-lutam-as-liderancas-indigenas/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA1MCRBhAoEiwAC2d64QfGAMM4_ABu65tAc d9_mIk5geQ4pstJyWZZ7AJCraeBiSjPHDIfpoxoCEkwQAvD_BwE. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

BEZERRA, Anselmo César Vasconcelos; BITOUN, Jan. Metodologia participativa como instrumento para a territorialização das ações da Vigilância em Saúde Ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.L.], v. 22, n. 10, p. 3259-3268, out. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320172210.17722017>.

CESPEDES, Tainá Dauzaker; FILHO, Carlos Arturo Valiente. A exaustão emocional de mães de crianças com transtorno do espectro autista (TEA). In: CONGRESSO INTEGRADO UNIGRAN CAPITAL, 2021, Campo Grande. **Anais do 2º CONIGRAN**. Unigran Capital, 2021. p. 1-6. Disponível em: [https://www.even3.com.br/anais/conigran2021/365868-a-exaustao-emocional-de-maes-de-criancas-com-transtorno-do-espectro-autista-\(tea\)/](https://www.even3.com.br/anais/conigran2021/365868-a-exaustao-emocional-de-maes-de-criancas-com-transtorno-do-espectro-autista-(tea)/). Acesso em: 22 de maio 2023.

CUSTÓDIO, André Viana; MÂNICA, Celiene Santos. CRIANÇAS E ADOLESCENTES INDÍGENAS E AS DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA. Singular. Sociais e Humanidades, [S.L.], v. 1, n. 5, p. 66-77, 17 out. 2023. Centro Universitário Luterano de Palmas. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33911/singularsh.v1i5.161>. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

TAVARES, Marcela de Fátima Lemos; ANDRADE, Horasa Maria Lima da Silva; PONTES, Isnar Gomes. Aprendizagens e experiências sobre saúde indígena a partir da experiência de territorialização e do olhar de uma residente de saúde coletiva e agroecologia na aldeia Fulni-ô de Águas Belas – Pernambuco. **Revista de Estudos Indígenas de Alagoas – Campiô**. Palmeira dos Índios, v. 2, n. 2, p. 40-55. 2023.

DE SOUZA FILGUEIRA, A. L. Racismo ambiental, cidadania e biopolítica: considerações gerais em torno de espacialidades racializadas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 186–201, 2021. DOI: 10.5216/ag.v15i2.69990. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/69990>. Acesso em: 26 jun. 2023.

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-04/indigenas-chegam-em-brasilia-para-o-acampamento-terra-livre>. Acesso em 22 de maio 2023.

<https://apiboficial.org/2023/05/05/atl-2023-documento-final-reafirma-a-necessidade-de-avancar-nas-demarcacoes-de-terras-indigenas/>. Acesso em 22 de maio 2023.

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/07/11/dia-dos-povos-indigenas-em-19-de-abril-substitui-dia-do-indio-apos-derrubada-de-veto>. Acesso em 22 de maio 2023.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/bolsa-familia>. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE ÁGUAS BELAS/PE, Volume único, Produto 2, Prefeitura Municipal de Águas Belas, 2021.

Plano Nacional de Educação Escolar Indígena. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/estrutura_organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/planejamento. Acesso em: 6 de dezembro de 2023.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL INTEGRADA EM SAÚDE COLETIVA COM ÊNFASE EM AGROECOLOGIA “Lato Sensu”, Campus Garanhuns, Universidade de Pernambuco (UPE), Pró-reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação. Coordenação Geral de Pós-Graduação. Projeto político pedagógico, 2020.

Relatório do ministério da educação: Cenário contemporâneo da educação escolar indígena no Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/PDF/2007/releeicebcnerev.pdf> Acesso em: 22 de maio 2023.

SÁ, Emany Araújo de; PONTES, Isnar Gomes; SANTOS, Leandro Diomério João dos, ALVES, Andrezza Monteiro *et al.* **A extinção da língua Yaathe da tribo Fulni-ô no território**

Indígena em Pernambuco. 2015. 10f. Trabalho de conclusão de curso de graduação em Licenciatura em Geografia - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. Pernambuco, 2015.

SOUZA, Liliane Cunha de. **Realidades míticas e doenças históricas:** Experiências de adoecimento, cura e morte nas narrativas de indígenas Fulni-ô no Brasil e P'urhépecha no México. 2021. 232 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Estudos Latino-Americanos, Universidade de Brasília, 2021. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/43297/1/2021_LilianeCunhadeSouza.pdf. Acesso em: 22 de maio 2023.

V GERES, Mapa da Saúde 2015-2019, Garanhuns, Pernambuco, 2020. Disponível em: http://portal.saude.pe.gov.br/sites/portal.saude.pe.gov.br/files/mapa_de_saude_2020_v_regiao_de_saude.pdf. Acesso em: 22 de maio 2023.